

REDAÇÃO MODELO – DESAFIOS PARA A IGUALDADE DOS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL



John Locke, filósofo contratualista, afirma que o Estado deve garantir os direitos naturais da população, sendo esses invioláveis. No entanto, no que tange os direitos trabalhistas, os desafios para promover a igualdade ainda persistem na contemporaneidade nacional. Diante disso, urge pontuar as causas – históricas e culturais - e consequências – econômicas e sociais - desse cenário paradoxal, sobretudo, ações governamentais que assegurem, de fato, a isonomia.

Em primeira análise, cabe salientar a problemática histórica de inferiorização feminina. Neste sentido, mesmo como o advento da Revolução Industrial, em que, devido aos novos custos urbanos as mulheres passaram a trabalhar para auxiliarem nas contas domésticas, a sociedade patriarcal, sob influência do capitalismo, continuou vigente. Apesar da participação feminina na linha de produção, desempenhando as mesmas funções masculinas, essas não obtinham o devido reconhecimento financeiro. Tal cenário de disparidade salarial de gênero, ainda persiste no Brasil, sendo atualmente de 30%, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Outrossim, evidencia-se que as prerrogativas de direito supracitadas não são respeitadas nesse âmbito social. Consequentemente, esse preconceito enraizado fomenta o desprezo à figura feminina, a saber, hodiernamente, são relacionadas ao trabalho doméstico como sua única função e aptidão na sociedade. Logo, as leis não alcançam os resultados esperados, tendo em vista que, segundo a Constituição Federal, promulgada em 1988, a isonomia trabalhista é direito de todos.

Depreende-se, portanto, a necessidade urgente de alterações nesse cenário retrógrado. Para tanto, cabe ao Governo Federal, em parceria com os órgãos legislativos a reafirmação das leis já existentes, por meios da revisão dessas e das portarias vigentes, sobretudo as relacionadas à disparidade salarial promovendo, assim, a real aplicação dos direitos historicamente conquistados. Ademais, investigações pelo Ministério Público e posterior punição a infrações são necessárias. Somente assim, a isonomia será estabelecida e os desafios, finalmente, extintos.